

# RELATÓRIO DA I CONFERÊNCIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE RORAIMA

## “Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação”

19 e 20 de dezembro de 2007

### I. INTRODUÇÃO

A I Conferência Estadual da Educação Básica teve como tema: *“Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação”* visando uma mobilização social em nível estadual em prol da educação nacional, numa perspectiva capaz de superar as especificidades educacionais, incluindo as atuais reivindicações da sociedade civil organizada. Neste sentido, promoveu um amplo debate e mobilização dos diferentes segmentos sociais e dos municípios de Roraima, contribuindo para a discussão e rediscussão de políticas educacionais objetivando consolidar a educação como um direito social.

A realização da I Conferência Estadual da Educação Básica foi precedida de grandes ações educacionais realizadas nos últimos dezoito meses, aqui em Roraima.

No segundo semestre de 2006, dois eventos marcaram efetivamente a discussão das políticas educacionais. O primeiro foi a realização da Conferência Estadual de Educação Profissional pela SECD / DEMP. A segunda, a realização do 1º Seminário sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos pelo Conselho Estadual de Educação de Roraima.

Em 2007, sucessões de programas e ações foram acontecendo dando forma a diversos estudos e investigações sobre a relevância da qualidade da escola pública. Em janeiro de 2007 aconteceu o 1º Encontro de trabalho com educadores de Roraima onde foram selecionados trinta projetos prioritários. Destes, doze foram concluídos onde destacamos: criação e funcionamento do CEFOR; Aluno Nota 10; Prêmio Professor Excelência; Tipologia das Escolas; Plano de Carreira do Magistério, dentre outros.

Nove projetos estão em andamento. Dentre eles destacamos a elaboração do Plano Estadual de Educação cuja construção deu-se de forma coletiva. No Conselho Estadual de Educação foram constituídas sete Câmaras Temáticas e nove Sub-Câmaras. Cada uma realizou três audiências públicas totalizando quarenta e duas audiências, incluindo quatro municípios-pólos com a participação dos demais. O esforço desenvolvido pelo Conselho Estadual de Educação de Roraima, realizando

três audiências públicas – Educação Inclusiva, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Educação Indígena – deu-se na perspectiva de se ter uma normatização da legislação educacional oriunda das bases.

A Secretaria de Educação, Cultura e Desportos de Roraima realizou em outubro a 1ª Semana da Educação de Roraima culminando com o Baile Dançante. Nos dias quatro e cinco de dezembro, a educação de Roraima vivenciou a experiência do debate e da pesquisa, por ocasião do 1º Congresso Internacional de Pesquisa Educacional do Mercosul. Só de Roraima foram trinta e cinco mestrados e nove doutorandos que apresentaram trabalhos de pesquisa nas áreas de currículo e ensino e educação para o desenvolvimento sustentável.

Todas essas ações voltaram-se para a construção de um sistema estadual de educação, articulado aos demais sistemas de ensino, tema central da I Conferência Estadual da Educação Básica. Para se chegar a ela foram realizadas onze Conferências Municipais com o apoio integral do Governo do Estado, das prefeituras e da UNDIME do estado de Roraima.

Por isso, acredita-se que a Conferência Estadual deverá contribuir para a proposição de políticas direcionadas à garantia de inclusão social, respeito à diversidade, formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação, instituição de uma política estadual de avaliação, financiamento da educação, gestão democrática dos sistemas e das escolas, articulados na efetivação de um Sistema Estadual de Educação cuja base fundamental se efetiva por meio do regime de colaboração entre Estado e Municípios, como preconiza a Constituição Federal, em prol da melhoria e da valorização da educação básica.

## **II – DESENVOLVIMENTO**

A I Conferência Estadual da Educação Básica, realizada em Boa Vista, ocorreria inicialmente nos dias 13 e 14 de dezembro, sendo transferida para os dias 19 e 20 do mesmo mês em virtude do falecimento do governador Ottomar de Sousa Pinto.

A Solenidade de abertura foi realizada no Palácio da Cultura Nenê Macaggi, no dia 19 de dezembro, sendo iniciada com a composição da mesa formada pelo atual governador do Estado de Roraima, Anchieta Junior, do Secretário Estadual de Educação, Luciano Moreira e por outros representantes da Sociedade Civil e Poder Público. Em seguida, **ouviu-se** o Hino Nacional Brasileiro e um conjunto de músicas apresentadas por uma dupla de solistas do coral da Escola Estadual Olavo Brasil (...). Aproveitou-se a ocasião para fazer a entrega do prêmio Aluno Nota 10 e Professor

Excelência. Logo após, a palavra foi passada aos representantes da mesa que reafirmaram a importância da Conferência e os desafios que irão norteá-la para o alcance de seus objetivos.

A palestra de abertura centrada no tema do Eixo I, “ *Os desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação*”, prevista para essa ocasião, não pôde ser proferida devido a transferência da data, o que ocasionou a ausência de seu palestrante que já tinha compromissos firmados para esse dia ficando a Comissão Organizadora sem tempo hábil para substituí-lo.

Em seguida, realizou-se a leitura, apreciação e aprovação do Regimento Interno da Conferência seguida de uma breve apresentação das Conferências Municipais.

A discussão e deliberação das propostas dos demais eixos ocorreram no dia 20 de dezembro, pela manhã, na Universidade Estadual de Roraima através de conferências e formação de Grupos de Trabalho para elaboração, apresentação e escolha das propostas que seriam apresentadas na Plenária.

O eixo, “***Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação***”, teve como conferencista a Professora Mestre Valdete da Luz Carneiro, da Universidade Federal do Amazonas, e como relatora a delegada Esmeraci Santos do Nascimento.

A conferência do eixo, “***Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como instrumento o Financiamento da Educação***”, foi proferida pelo Reitor da Universidade Estadual de Roraima, professor Raimundo Nonato da Costa Sabóia Villarins, e teve como relatora a delegada Maria das Neves Magalhães Pinheiro.

O quarto eixo, “***Inclusão e Diversidade na Educação Básica***”, contou com a conferência da conselheira estadual de educação Rosalette de Souza Saldanha, e como relatora a delegada Alvenir Ferreira da Silva.

O quinto e último eixo, “***Formação e Valorização Profissional***”, teve como conferencista a Professora Mestre Ana Maria Góes Mesquita e como relator o delegado José Pedro Oliveira.

Na parte da tarde, os participantes da Conferência, reuniram-se no auditório da Universidade Estadual de Roraima para a apresentação das propostas de cada eixo por seus relatores, a apreciação e votação das mesmas.

Em seguida, foi feita a escolha dos delegados por seus pares. Nesta ocasião, devido a ausência dos representantes de alguns segmentos – Trabalhadores da Educação Básica Privada; Estudantes; Representação da Assembléia Legislativa; Representação do Ministério Público; Representação do Tribunal de Contas - , a Comissão Organizadora reuniu-se e decidiu pela redistribuição das vagas dos delegados para os segmentos de maior proporcionalidade – Gestores Estaduais; Trabalhadores da Educação Básica Pública e Gestores Municipais – o que foi bem aceito pelos demais segmentos. Depois da escolha, foi lido os nomes dos delegados que irão representar o Estado de Roraima na I Conferência Nacional de Educação Básica.

### **III – QUADRO SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES**

#### **EIXO II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação**

##### **Propostas**

1. Articular o atendimento à educação básica entre os entes da federação efetivando o regime de colaboração;
2. Ampliar o atendimento a educação infantil concretizando o processo de municipalização de 0 a 5 anos;
3. Implantar o Ensino Fundamental de 9 anos no âmbito dos sistema estadual e municipal;
4. Criar processo de mobilização para elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas com a participação de todos segmentos, passando por aprovação apenas da comunidade;
5. Ampliar nos sistemas estadual e municipais os momentos de discussão sobre educação;
6. Garantir eleição direta para gestores escolares para efetivação da democratização condicionada a candidatura a apresentação e defesa de plano de ação da gestão com critérios pré-definidos por comissão de professores, alunos, comunidade e técnicos, com duração de três anos;
7. Garantir políticas públicas de atendimento as diversidades da educação do campo;
8. Comissão de orientação e acompanhamento das questões legais e elaboração do PPP das escolas;
9. Garantir o acesso, permanência e aprendizagem na EJA nas escolas estaduais e municipais e a oferta no diurno;
10. Organizar o sistema de atendimento a EJA entre estados e municípios;

11. Garantir o currículo das escolas através da parte diversificada atendendo as necessidades estadual e regional;
12. Elaborar Proposta Pedagógica do Estado e dos municípios para que sirvam de referência às escolas;

### **EIXO III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.**

#### **Propostas**

1. Aumentar os recursos de repasse aos municípios do Programa de Merenda Escolar e que esses recursos sejam regionalizados;
2. Alinhar as ações dos Planos dos sistemas Estaduais e Municipais de Educação;
3. Criar escolas de gestão com enfoque em administração, gestão comunitária e inclusão;
4. Promover audiências públicas anualmente para a divulgação das ações executadas, gastos efetuados, divulgando a prestação de contas, pela secretaria de educação fazendo a coleta de sugestões para melhor desempenhar essas ações, promovendo assim a transparência na gestão;
5. Estabelecer obrigatoriedade na permanência de profissionais como: Orientador Pedagógico, Psicólogo, Coordenador Pedagógico e um técnico em enfermagem;
6. Estabelecer normas que evitem a superlotação das salas de aula, promovendo assim a melhoria no processo de ensino e aprendizagem;
7. Adequar a estrutura física às necessidades da escola (auditório, ginásio de esporte, salas temáticas climatizadas, com recursos adequados para cada disciplina);
8. Repassar para as escolas de Ensino Infantil recursos financeiros, visando estabelecer maior autonomia na gestão escolar, visto que não existe autonomia na gestão pública sem autonomia financeira;
9. Fornecer Cursos gratuitos de mestrado e doutorado na área de educação, visando a formação e a valorização do profissional em educação.

### **EIXO IV – Inclusão e diversidade na Educação Básica**

#### **Propostas:**

1. Transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos e a afirmação da escola como espaço fundamental para a valorização da diversidade e garantia de cidadania;

2. Ampliação na oferta de vagas para a educação infantil;
3. Fortalecer os conselhos de controle social para uma efetiva fiscalização do Poder Público, quanto ao cumprimento da Legislação Nacional, Estadual e Municipal, no tocante a acessibilidade;
4. Criar e cumprir mecanismos que garantam a acessibilidade para favorecer o desenvolvimento do processo educacional, garantindo acessibilidade a todos os espaços da escola (adequando as já existentes), a comunicação, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos;
5. Oferta obrigatória do Atendimento Educacional Especializado com profissionais capacitados/ especializados para o fortalecimento da Educação Básica;
6. Criar rede de apoio multidisciplinar para atender as diversidades culturais, étnicas dentre outras, presentes na escola;
7. Criar formas e mecanismos de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com NEE nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;
8. Fortalecer as políticas públicas para a erradicação do analfabetismo;
9. Instituição de programa de formação inicial e continuada de profissionais da educação na perspectiva da educação inclusiva (gestores e professores);
10. Construção de um projeto político pedagógico que contemple um planejamento de atividades e um processo avaliativo que desenvolva as potencialidades, a criatividade e favoreça o exercício da cidadania.

## **EIXO V – Formação e Valorização Profissional**

### **Propostas**

#### **FORMAÇÃO**

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (INICIAL E CONTINUADA) DEFINIDAS A PARTIR DAS NECESSIDADES REAIS DAS ESCOLAS (tendo em vista que no momento só existem Diretrizes).

#### **Formação Inicial:**

1. Garantir o percentual de vagas do vestibular da UERR nos cursos de licenciatura para professores da Rede Pública;
2. Criação de cursos de Licenciatura para educadores indígenas em período de férias;

3. Instituir na UERR curso de licenciatura em Arte-Educação e Ensino Religioso;
4. Curso de Licenciatura em Pedagogia voltado para a Educação Infantil e EJA;
5. Valorização dos estágios dos cursos de licenciatura, proporcionando a articulação entre as escolas públicas, como referência, e as Instituições formadoras de educadores.

### **Formação Continuada:**

1. Cursos para a formação de todos os profissionais que trabalham na escola (de forma a atender o trabalho voltado para a diversidade dos alunos)
2. Criação de Cursos para capacitar todos os servidores da escola de acordo com sua área de atuação;
3. Programa de formação continuada na escola garantindo e assegurando tempo, espaço, recursos materiais e financeiros;
4. Programa de avaliação e acompanhamento dos processos e programas de formação continuada;
5. Curso de especialização voltado para Educação Infantil e EJA;
6. Criação de cursos voltados para as novas tecnologias educacionais de forma a atender todos os profissionais da educação;
7. Bolsas para a formação dos educadores em nível de Mestrado e Doutorado com o estabelecimento de critérios;

### **VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

1. Cumprir a determinação legal no que se refere ao número de alunos em sala de aula;
2. Construção e adequação de escolas quanto à estrutura física, administrativa e pedagógica, de acordo com as necessidades climáticas do Estado de Roraima e as especificidades pedagógicas das escolas;
3. Programa de desenvolvimento para a criação e utilização de recursos didáticos;
4. Criação de um sistema interativo informatizado com dados cadastrais e funcionais dos servidores da educação;
5. Acompanhamento e reposição salarial de acordo com as perdas;
6. Concurso público na área de assistente de aluno, tec. Administrativo e demais profissionais da educação.

7.Garantir um programa voltado à saúde do trabalhador em educação.

8.Acompanhamento e fiscalização aplicada das verbas pelo instituto de previdência do Estado.